

**REGIÃO NORDESTE DURANTE A GESTÃO LULA: UM ESTUDO A PARTIR
DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS.**

Autores: Guilherme Jorge Silva – Mestrando em Economia e Desenvolvimento na
Universidade Federal de Santa Maria – guijorge2004@hotmail.com.

Victor José Rocha de Lima – Mestrando em Economia e Desenvolvimento na
Universidade Federal de Santa Maria – victorjl@live.com.

Dr. Adriano José Pereira – Docente do Programa de Pós-Graduação em Economia e
Desenvolvimento (PPGED) da Universidade Federal de Santa Maria -
adrianoeconomia@ufsm.br

**REGIÃO NORDESTE DURANTE A GESTÃO LULA: UM ESTUDO A PARTIR
DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS.**

RESUMO

A manutenção de uma linha econômica ortodoxa somada ao comportamento da economia internacional, durante a gestão Lula, criou um cenário econômico propício ao surgimento de políticas eficientes que levariam a evolução no quadro econômico e social da região nordestina. Este estudo busca identificar o desempenho econômico do nordeste durante a gestão Lula descrevendo as políticas de valorização do salário mínimo, da política de transferência de renda e da expansão do crédito, que impactaram nos indicadores sociais e econômicos. O artigo utilizou a metodologia descritiva, incorporando teóricos consolidados que estudaram o assunto, além de indicadores sociais e econômicos, extraídos de instituições como IBGE, Banco do Nordeste, Banco Central do Brasil, entre outros. O trabalho chegou a conclusão que houve certo desenvolvimento econômico da região Nordeste durante a gestão Lula.

Palavras-chave: Economia do Nordeste, Gestão Lula, Indicadores sociais e econômicos.

Key-words: Northeast of Brazil, Lula Administration, social and economic indicators.

JEL: O11

Área 2: Desenvolvimento Econômico

BRAZIL'S NORTHEAST REGION DURING MANAGEMENT LULA: A STUDY ABOUT SOCIAL AND ECONOMIC INDICATORS.

ABSTRACT

The permanence of a orthodox economic line along a international economy conduct, on the Lula's government, created an economic scene that makes possible the appearance of a efficient policies that will improve the Northeast's socio economic situation. That study try to identify the Northeast's economic performance on the Lula's government describing about the minimum wage appreciation policy, cash transfer policy and credit expansionist policy, that impacted on the social and economic indicators. The methodology is descriptive and used many authors studies and also social and economic indicators, that was extracted from some institutions as IBGE, Banco do Nordeste, Banco Central do Brasil, etc. The article concluded: there was a kind of a Northeast economic development throughout the Lula's government.

Keywords: Northeast Economy's, Lula's Government, Social and economic indicators.

1. INTRODUÇÃO

O Nordeste era a região com a maior força econômica dentre as demais. Alguns dados revelavam que, em 1872, a economia nordestina chegou a alcançar 65% do PIB nacional. Com a tributação para iluminação da cidade do Rio de Janeiro (1808), e mais tarde com a evasão de parte significativa da produção da província pernambucana para a capital brasileira (1846), pouco a pouco, nas décadas seguintes, a opulência do Nordeste foi dando lugar a decadência, como mostra o estudo realizado por Campello (2015).

Segundo SUDENE (1999), a partir de 1970, graças ao bom desempenho dos setores industriais e de serviços, o Nordeste conseguiu voltar a ter uma boa representatividade econômica, obtendo um crescimento médio acima do nacional nas três décadas seguintes. Entre 1970 e 1980, o crescimento do PIB nordestino foi na ordem de 8,7% a.a., enquanto o nacional foi de 8,6% a.a., entre 1980 e 1990, o resultado do Nordeste foi de 3,3% a.a., já a média brasileira foi de 1,6% a.a. e de 1990 a 1997, a região apresentou crescimento médio de 3,2% a.a. enquanto o desempenho do Brasil foi de 3,1% ao ano.

Segundo Carvalho (2008), apesar do bom desempenho econômico refletido nas contas regionais, principalmente durante as décadas de 1960 e de 1970, o Nordeste ainda apresentava um quadro social alarmante, com forte concentração de renda, de terra e um baixo índice de desenvolvimento humano. No entanto, o estudo realizado por Bacelar (2010), mostra que este quadro começou a melhorar durante a gestão Lula (2003-2010). Bacelar (2009) ainda destaca que o Nordeste foi a região mais beneficiada e a que mais se desenvolveu durante esta gestão, tudo isso a partir da adoção de três políticas: valorização do salário mínimo, expansão do crédito e política assistencialista. Esta compreensão de desenvolvimento está intimamente ligada ao acúmulo de capital físico na estrutura produtiva.

Apesar da acumulação do capital físico e da evolução da economia nordestina na Ditadura Militar (1964-1985), bem como a situação econômica da região nas últimas duas décadas, é necessário um acompanhamento multidimensional que considere mais que os indicadores tradicionais. Optamos, baseado nos estudos de Amartya Sen e Mahbub Ul Haq, pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é de fácil mensuração e considera não apenas a renda, mas também saúde e educação.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo geral analisar o desempenho econômico do Nordeste durante a gestão Lula fazendo uma avaliação a partir da

evolução de indicadores econômicos e sociais via políticas socioeconômicas empregadas nesta gestão. Este trabalho está estruturado em cinco tópicos, incluindo a introdução e conclusão (tópico 1 e 5, respectivamente). O segundo tópico apresenta o arcabouço teórico que foi utilizado pra fazer este estudo, além de apresentar uma breve análise geral do período pré-Lula até a sua gestão, identificando os principais fatores que permitiram a implementação das políticas econômicas deste governo. O terceiro tópico descreve a metodologia que foi utilizada, os dados e como eles foram analisados para cumprir os objetivos do estudo. O quarto tópico procura descrever as principais políticas que contribuíram para a evolução econômica do Nordeste, entre elas: a ampliação do salário mínimo real, a distribuição de renda e a expansão do crédito, bem como os seus impactos nas variáveis sociais e econômicas como: renda média domiciliar *per capita* dos estados do Nordeste; PIB do Nordeste e do Brasil; IDH do Nordeste e do Brasil e índice de Gini do Nordeste e Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de construção teórica deste estudo aborda parte da história do Nordeste e as principais políticas adotadas durante a gestão Lula, de cunho nacional, entre elas: a política de valorização do salário mínimo, a política de transferência de renda e de expansão do crédito, além do comportamento dos indicadores sociais e econômicos após o impacto destas políticas.

O século XX nordestino, como destaca Silva (2012), foi marcada ainda, no seu início, pela presença da monocultura e pecuária extensiva, enquanto que na década de 1950 temos políticas de atração de empresas e de incentivos fiscais. O ano de 1960 foi marcado por expansão econômica, vista também na década de 1970 e desaceleração em 1980 e em 1990 desaceleração e crise, segundo Carvalho (2008). Segundo a SUDENE (1997) o crescimento econômico nordestino, de 1960 a 1997 foi de 463%, percentual, bem acima dos 365% do país como um todo, apesar da continuidade da má distribuição da renda e terra, sobretudo da concentração espacial das indústrias em faixas litorâneas.

É com um cenário caracterizado por passivo externo elevado, instabilidade cambial, elevada expectativa de inflação, juros altíssimos e forte expectativa de PIB fraco, segundo dados do BACEN (2015), que o ex-sindicalista e ex-metalúrgico, Luís Inácio Lula da Silva, assume a presidência do país com a promessa de reduzir o desemprego, endividamento dos estados e a distribuição de renda. A adoção de uma equipe

econômica ortodoxa, a manutenção do tripé macroeconômico, elevação dos juros, cortes em investimentos públicos visando ampliar o superávit primário, foram algumas das medidas, segundo Anderson (2011), que permitiram um ambiente propício para pôr em prática as promessas políticas citadas. Segundo Bacelar (2009), temos políticas de cunho nacional, entre elas: valorização do salário mínimo, transferência de renda e expansão creditícia.

De acordo com Barbosa & Souza (2010) e Baltar (2010), a valorização do salário mínimo acarretou em aumento de renda, surgimento de uma classe média com maior acesso a bens e serviços, ampliação do poder de negociação dos trabalhadores com pouca proteção sindical, expansão da transferência de renda aos aposentados e pensionistas do INSS, além dos impactos em programas assistencialistas como o auxílio doença, o seguro-desemprego e o seguro-acidente. A implantação de uma política de transferência de renda, regida pelo programa Bolsa Família, segundo dados do IBGE (2015) acarretou para o Nordeste em: redução da concentração de renda (queda do índice de Gini) e expansão do Índice de Desenvolvimento Humano médio dos estados do Nordeste.

Já a política de expansão de crédito possibilitou um crescimento econômico motivado pela demanda agregada, gerando um aumento na aquisição de veículos, habitações e capital de giro. O crescimento econômico somado com a expansão de renda dos assalariados e da população de renda mais baixa, bem como a implementação de políticas sociais mais incisivas, acabou por contribuir para a redução de um estigma presente no Nordeste: a redução da desigualdade social.

3. METODOLOGIA

Apresentamos inicialmente uma descrição das políticas nacionalistas de valorização do salário mínimo, de expansão de crédito e das políticas assistencialistas adotadas durante o governo Lula segundo Carvalho (2008) e Bacelar (2009). A partir da descrição e efeitos dessas políticas, será observado seus impactos sobre alguns indicadores sociais e econômicos da região Nordeste capazes de revelar um grau de evolução no desenvolvimento.

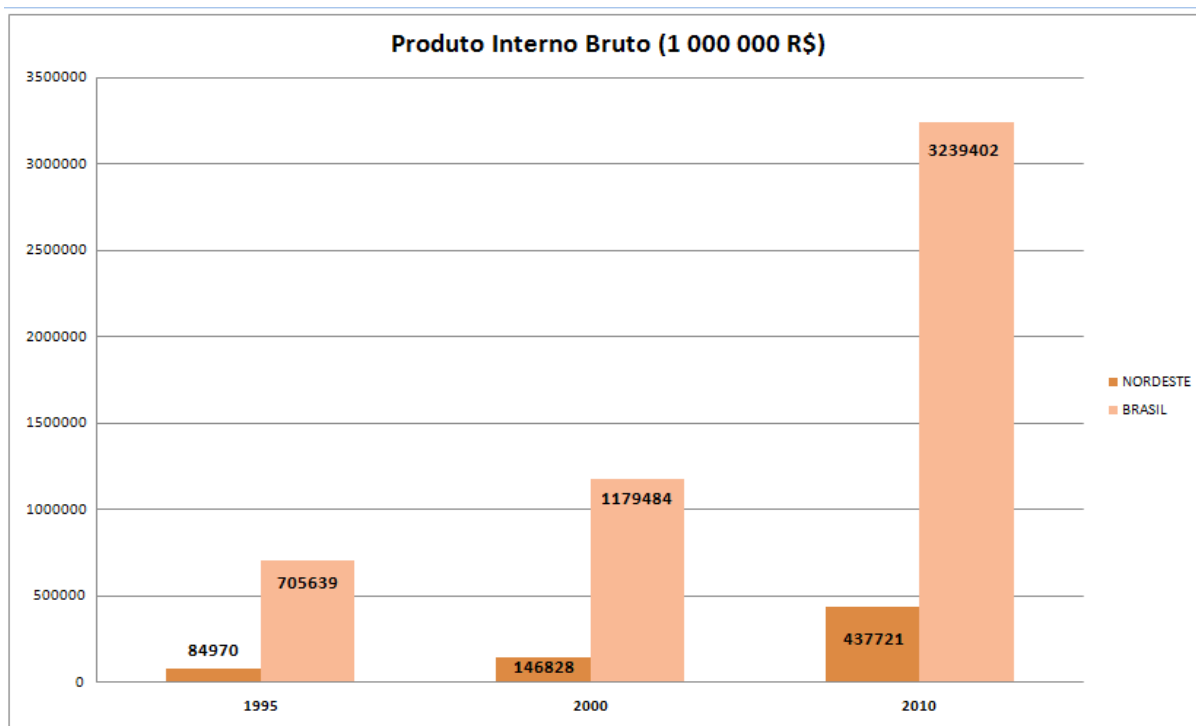
Entre os indicadores será exposto o PIB do Nordeste e do Brasil, que revela o agregado de todas as riquezas produzidas na região e no país, obtidos a partir da

SUDENE (2009) e BACEN (2015). Renda média domiciliar *per capita* dos estados nordestinos, que expressa a soma de toda a remuneração familiar por integrante da família, adquirido no IBGE (2015). Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), obtido no Atlas de Desenvolvimento Humano (2015), que identifica a evolução das três variáveis que compõe este indicador: educação, longevidade e renda; O Índice de Gini do Nordeste e Brasil, que avalia o grau de concentração de renda da região e do país (o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de zero, menor a concentração de renda, quanto mais próximo de 1, maior será a concentração de renda), obtidos no IBGE (2015).

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS ADOTADAS NA GESTÃO LULA QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Durante o Governo Lula (2002-2010) as políticas de transferência de renda (Bolsa Família) aliadas a uma ampliação do rendimento médio salarial (de R\$1.057,04 em 2002 para R\$1.982,7 em 2010, segundo dados do Brasil Fatos e Dados/IPEA) e à expansão do crédito permitiram uma elevação do consumo, sobretudo da classe D e E (que consumiram 11% a mais em alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza entre 2002 e 2006, segundo dados de 2006 da *LatinPanel*). Estas políticas também impactaram no grau de formalização do emprego (que evoluiu 3,3% no Nordeste, enquanto que o país como um todo sofreu um aumento de postos de trabalho de 2%, entre 2000 e 2010, segundo dados do IBGE), promovendo a atração de investimentos privados (redes de supermercados, grandes magazines, indústrias alimentares e de bebidas, etc.), proporcionando desenvolvimento econômico na região. O PIB Nordestino cresceu significativamente durante o período desta gestão, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto da região Nordeste e Brasil (1995-2010).



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE/Contas Regionais.

Segundo dados IBGE (2015), a região Nordeste foi a que apresentou maior evolução na participação do produto interno bruto nacional durante a gestão Lula, com evolução de cerca de 0,8% seguido da região Norte (0,5%), Centro-Oeste (0,3%), Sudeste (-0,4%) e Sul (-1,2%).

Quadro 1- Participação percentual das regiões no Produto Interno Bruto (2002 até 2010).

| PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PRODUTO INTERNO BRUTO (%) | | | | | | |
|--|-----|------|-----|------|------|-------|
| ANO/REGIÃO | N | NE | CO | SE | S | TOTAL |
| 2002 | 4,7 | 13 | 8,8 | 56,7 | 16,9 | 100 |
| 2003 | 4,8 | 12,8 | 9 | 55,8 | 17,7 | 100 |
| 2004 | 4,9 | 12,7 | 9,1 | 55,8 | 17,4 | 100 |
| 2005 | 5 | 13,1 | 8,9 | 56,5 | 16,6 | 100 |
| 2006 | 5,1 | 13,1 | 8,7 | 56,8 | 16,3 | 100 |
| 2007 | 5 | 13,1 | 8,9 | 56,4 | 16,6 | 100 |
| 2008 | 5,1 | 13,1 | 9,2 | 56 | 16,6 | 100 |
| 2009 | 5 | 13,5 | 9,6 | 55,3 | 16,5 | 100 |
| 2010 | 5,3 | 13,5 | 9,3 | 55,4 | 16,5 | 100 |

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE/Contas Regionais.

Na visão de Carvalho (2008), o fenômeno de desenvolvimento nordestino pode ser explicado por uma combinação da estabilidade financeira da economia nacional e do excelente desempenho econômico regional, da formalização de um grande número de trabalhadores assalariados, da valorização do salário mínimo e das políticas de transferências de renda. Segundo o autor soma-se a essa evolução os novos instrumentos financeiros nascidos a partir do processo de “bancarização”, entre eles: a conta simplificada, o cartão de débito, o crédito consignado e o microcrédito produtivo.

Entre 2000 e 2006, ainda segundo Carvalho (2008), o Nordeste obteve as diminuições mais rápidas nos seus índices de pobreza e miséria. Além disso, o crescimento econômico, somado a expansão da renda dos assalariados e da população de renda mais baixa e a implementação de políticas sociais mais incisivas, acabou por contribuir para a redução de um estigma forte presente no Nordeste: a redução da desigualdade social.

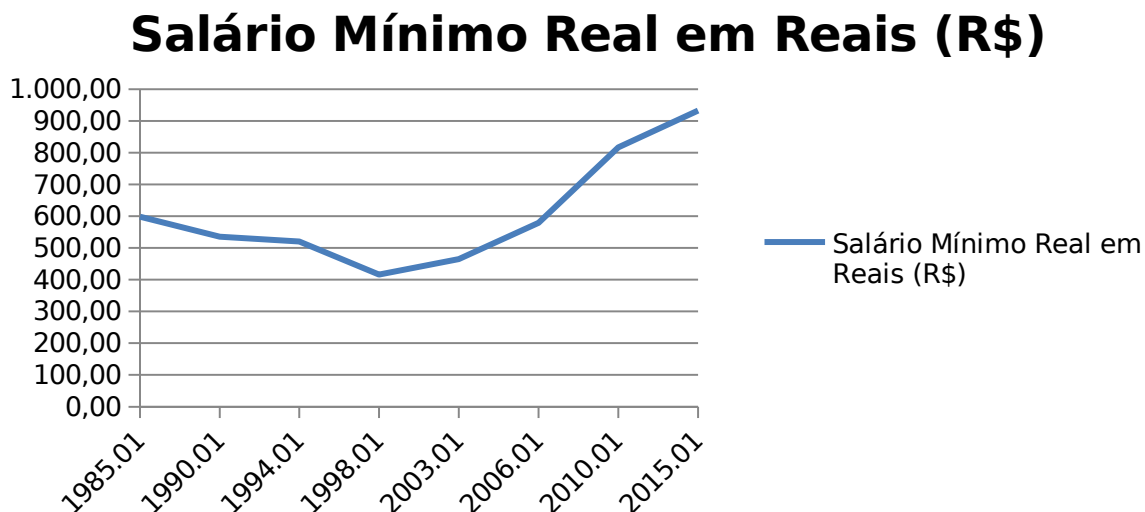
Bacelar (2009) ainda destaca que o Nordeste foi a região mais beneficiada e a que mais se desenvolveu durante esta gestão a partir de uma estabilidade do nível de preços, quitação da dívida externa, a uma manutenção do tripé macroeconômico exercido durante o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (regime de câmbio flutuante, estabelecimento de metas de inflação e ajuste fiscal) e do *boom* internacional das *commodities*.

O principal resultado do conjunto das políticas adotadas na gestão Lula foi a evolução da melhoria da qualidade e do padrão de vida de todos os brasileiros, principalmente os de renda mais baixa, o que foi excelente para o Nordeste. Ainda segundo esta autora, as políticas públicas adequadas, construídas democraticamente e bem coordenadas, promovem o desenvolvimento econômico e social. O conjunto das políticas deu início a uma redução das desigualdades sociais e regionais, como observa BACELAR (2009):

As políticas sociais em geral, com destaque para a política de combate a fome e a pobreza, a política de reajuste real do salário mínimo e a de ampliação significativa do crédito, são algumas que tiveram impacto muito positivo no Nordeste. Elas dinamizaram a demanda na região. E o dinamismo do consumo atraiu investimentos para a região.

4.1 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Gráfico 2 - Evolução do salário mínimo real (1985-2010).



Extraído de: Brasil fatos e dados.wordpress.com, a partir de dados do IPEA – IBGE/INPC (2015).

Desde a incorporação do plano real que o salário mínimo real segue uma trajetória crescente, como observado na figura acima, que demonstra uma evolução do salário mínimo real de 1985 até 2010. É possível observar que o salário mínimo real cresceu mais durante a gestão Lula do que nos governos anteriores.

De acordo com Souen (2012), no primeiro governo Lula houve uma melhoria no mercado externo que garantiu um bom desempenho do PIB ampliando o investimento e o consumo, o que acabou por inaugurar uma nova fase de estruturação no mercado de trabalho e conseqüentemente uma política de ampliação do salário mínimo. Segundo Baltar (2010), Barbosa (2010) e Souza (2010) a maior elevação de liquidez, graças a uma política do *Federal Reserve* (Banco Central Americano) de juros baixos, ampliação do gasto público e do déficit comercial, aliada à forte demanda da economia chinesa, induziu um movimento que deu mais força ao comércio mundial, estimulando as nossas exportações (elevando os preços e as quantidades principalmente em commodities) mais competitiva devido a um câmbio desvalorizado, retratando um impacto positivo anual na balança comercial e na conta corrente.

Apesar da adoção de uma política ortodoxa contracionista, segundo Baltar (2009), de elevação dos juros para conter a inflação, do regime de câmbio flutuante e da busca por uma agenda superavitária acima do estabelecido pelo FMI (visando reduzir o comprometimento da dívida pública com o PIB), com a dinamização da economia, o desemprego a nível absoluto e relativo pararam de crescer no mesmo ritmo que no

período anterior e, a partir de 2004, os empregos começaram a expandir-se, cerca de 2% ao ano. Os empregos informais reduziram-se e a massa do rendimento do trabalho, de acordo com Baltar (2009), evoluiu de maneira considerável no período compreendido entre 2004 e 2006, mas ainda maior entre 2005 e 2006 com a ampliação dos empregos formais. Esse conjunto de ações permitiu a continuidade do processo de ampliação do salário mínimo real.

Ainda é de se destacar que o relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010), no período compreendido entre 2000 e 2010, considera a política de expansão do valor do salário mínimo, consolidada ao longo do segundo mandato da gestão Lula, como modelo para países em desenvolvimento, além de economias centrais, dado o cenário de colapso do nível da renda e da expansão da desigualdade social durante a crise internacional iniciada em 2008. Além disso, este relatório destacou que a condução desta política promoveu mudanças socioeconômicas de significativa importância, distribuindo a renda e reduzindo a pobreza e o conjunto de trabalhadores que recebem salários baixos.

A política de valorização do salário mínimo impactou na renda média domiciliar *per capita* do Nordeste, que no ano de 2000, como retratado no quadro abaixo, era de R\$305,06 e em 2010 esse valor evoluiu para R\$458,63, revelando um aumento de R\$153,00 no comparativo entre esses dois anos. Os estados nordestinos que apresentaram a maior evolução deste indicador no comparativo entre 2000 e 2010 foram, respectivamente: o Sergipe, com renda média domiciliar *per capita* de R\$185,94; o Rio Grande do Norte, tendo um aumento de R\$184,60 e a Paraíba, com uma evolução de R\$166,50.

Quadro 2 - Renda média domiciliar *per capita*, medida em R\$ (2000 e 2010).

| ESTADOS | 2000 | 2010 |
|---------------------|-------------|-------------|
| MARANHÃO | 217,01 | 348,72 |
| PIAUI | 253,37 | 408,27 |
| CEARÁ | 307,28 | 445,88 |
| RIO GRANDE DO NORTE | 346,96 | 531,56 |
| PARAÍBA | 295,79 | 462,29 |
| PERNAMBUCO | 362,01 | 508,82 |
| ALAGOAS | 276,41 | 421,32 |

| | | |
|--------------|--------|--------|
| SERGIPE | 322,26 | 508,2 |
| BAHIA | 315,98 | 481,18 |
| TOTAL | 305,06 | 458,63 |

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico.

4.1.2 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Segundo FERRAZ (2008), foi na década de 1990 que as políticas voltadas para as questões sociais começaram a ser postas em pautas e praticadas. É a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso que surge o Programa Comunidade Solidária, de combate a redução da fome e da miséria. Além disso, neste mesmo intervalo de tempo, as prefeituras municipais passaram a adotar programas como o Bolsa Escola (cujo objetivo era pagar uma quantia monetária às famílias de jovens e crianças com baixa renda visando estimular a frequência regular destas nas escolas) e o Bolsa alimentação (com o foco de enviar recursos para famílias com crianças de até seis anos, mulheres grávidas e em fase de aleitamento materno, voltadas para a população carente).

Contudo, ainda segundo este autor, é a partir de 2003 (gestão Lula) que pautas sociais, como pobreza e desigualdade social, procuraram ser combatidas com mais vigor com o surgimento do programa Fome Zero no primeiro semestre do governo petista. O programa tratava-se da união de mais de 30 programas complementares com o objetivo de combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar, implementado pelo Governo Federal ou com o seu apoio. Segundo Suplicy (2003), cerca de 46 milhões de habitantes (que se inseriam num grupo que recebia menos de US\$ 1,00 por dia) foram beneficiados com este programa. Segundo Ferraz (2008), ainda no mesmo ano da implementação do Fome Zero, em 2003, no segundo semestre, surge um dos programas de transferência de renda mais importante do país e de referência mundial: o Bolsa-Família. Este programa tinha como objetivo, ainda de acordo com este autor, além da unificação de programas pré-existentes, mudanças na administração da política de transferência em nível ministerial e buscava converter o fracasso na política social. Para FERRAZ (2008):

O Programa Bolsa Família deve promover a construção da autonomia dos sujeitos sociais quando associam ao benefício o cumprimento de condicionalidades que contribuem para o acúmulo do capital humano dos que recebem este benefício.

Os impactos do Programa Bolsa-Família foram significativos e os reflexos sobre a região Nordeste podem ser observados no índice de Gini (índice que varia de 0 a 1, onde os valores próximos a 0 significam mais igualdade da renda da população, enquanto os valores próximos a 1 correspondem a maior desigualdade), além do Índice de Desenvolvimento Humano dos estados desta região.

Quadro 3 - Índice de Gini (1991,2000 e 2010).

| | BRASIL | NORDESTE |
|-------------|---------------|-----------------|
| 1991 | 0,6383 | 0,6593 |
| 2000 | 0,646 | 0,6682 |
| 2010 | 0,6086 | 0,6277 |

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico.

Quadro 4 - Índice de Desenvolvimento humano dos estados do Nordeste (1991, 2000 e 2010).

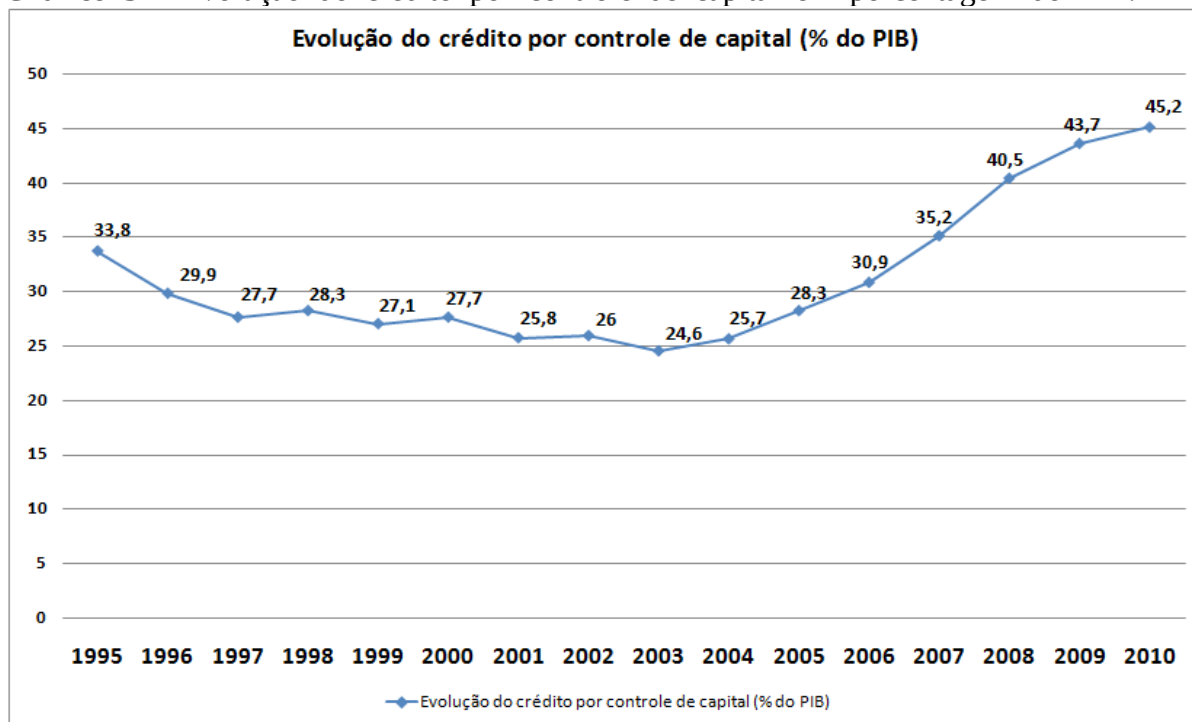
| Lugar | IDHM (1991) | IDHM (2000) | IDHM (2010) |
|----------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Brasil | 0,493 | 0,612 | 0,727 |
| Alagoas | 0,37 | 0,471 | 0,631 |
| Bahia | 0,386 | 0,512 | 0,66 |
| Ceará | 0,405 | 0,541 | 0,682 |
| Maranhão | 0,357 | 0,476 | 0,639 |
| Paraíba | 0,382 | 0,506 | 0,658 |
| Pernambuco | 0,44 | 0,544 | 0,673 |
| Piauí | 0,362 | 0,484 | 0,646 |
| Rio Grande do Norte | 0,428 | 0,552 | 0,684 |
| Sergipe | 0,408 | 0,518 | 0,665 |

Fonte: Elaboração própria, obtido nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

4.1.3 POLÍTICA DE EXPANSÃO DO CRÉDITO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Segundo Mora (2015), o volume de crédito, em dezembro de 2002, representava cerca de 26% do PIB do país e em dezembro de 2010 esta proporção havia saltado para 45,2% do PIB. A expansão do crédito ocorreu tanto do lado da pessoa física quanto da pessoa jurídica, e teve início a partir dos bancos privados.

Gráfico 3 - Evolução do crédito por controle de capital em porcentagem do PIB.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil (2015) – séries temporais.

Ainda de acordo com Mora (2015), além de um cenário macroeconômico favorável (com a qualificação da população a partir da elevação do emprego e renda), alguns fatores foram decisivos para a expansão creditícia da pessoa física, entre elas: a consignação da folha de pagamento e mudanças na alienação fiduciária. O crédito consignado permitiu aos trabalhadores vinculados a sindicatos, servidores públicos e aos aposentados a obtenção de crédito bancário a taxa de juros menores, além de uma expansão no prazo de pagamento. Esse resultado permitiu uma queda no valor das prestações, o que acabou por levar a um menor comprometimento da renda dos tomadores de crédito. A expansão do crédito à pessoa física trouxe consequências positivas para a economia como: consumo de bens duráveis mais acessíveis, a aquisição de imóveis, gerando um aumento do bem-estar e na qualidade de vida da população.

Em relação as mudanças na alienação fiduciária, de acordo com Assunção, Silva e Benmelech (2012), esta significou uma elevação do crédito, *spreads* menores e prazos mais longos. Esse processo acarretou, ainda segundo estes autores, em uma maior democratização na aquisição de automóveis, além de alavancar, segundo Cagnin (2012), o mercado imobiliário.

Só em 2006 que se inicia a expansão do crédito a pessoa jurídica, de acordo com Mora (2015). O primeiro fator indutor dessa expansão creditícia surge a partir da introdução da nova Lei de Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), onde o crédito trabalhista limita-se, então, a 150 salários mínimos, o crédito segurado sobrepõe-se ao fiscal, e o não segurado, a algumas categorias de crédito fiscal. Algo que acabou por dissolver o risco do credor em caso de falência, favorecendo-o. Araujo e Funchal (2006) afirmam que esta expansão beneficiou os setores rurais, comerciais e de serviços.

Outro fator determinante para a expansão do crédito, ainda de acordo com Mora (2015), foram as operações de crédito para o financiamento de capital de giro atreladas a derivativos cambiais. Algumas instituições bancárias passaram a oferecer este tipo de operação a empresas de diferentes portes. Tratava-se de uma venda realizada às empresas pelos bancos de uma opção de aquisição de dólares, enquanto a cotação do dólar em real fosse limitada a uma determinada faixa (na época, algo entre R\$1,73 a R\$1,90), ocorreria uma retração da taxa de juros incidente sobre os empréstimos da ordem de 25% a 50% dos juros do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Caso uma desvalorização cambial impulsionasse a taxa de câmbio a um patamar superior a R\$1,90, o ônus da depreciação seria arcado pelas empresas. Esta inovadora operação fez com que o sistema financeiro se tornasse menos suscetível aos riscos provenientes de uma depreciação cambial para os bancos, o que cooperou para a expansão da oferta de crédito num cenário de erosão das expectativas, segundo Prates e Biancareli (2009).

Ainda segundo Mora (2015), de maneira simplificada, as alterações na legislação e a escolha do governo em utilizar bancos públicos federais de maneira anticíclica deram combustível a um mercado ávido por crédito e construíram espaço adicional em busca do crescimento econômico motivado pela demanda agregada. A segurança jurídica foi fator de fundamental relevância para tranquilizar o sistema financeiro em seu processo de expansão da oferta de crédito.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia nordestina tinha sido deixada de lado desde o final do século XIX até o início do século XXI. Apesar de ter havido crescimento econômico durante a década de 70 e 90, só foi a partir de 2002 que o quadro socioeconômico do nordeste começou a sofrer uma transição, de fato, com a adoção de uma linha econômica ortodoxa (manutenção do tripé macroeconômico, elevação dos juros e cortes no investimento

público) que possibilitou um impacto positivo no desempenho econômico do Nordeste via sinergia entre as políticas de valorização do salário mínimo, de transferência de renda e de expansão do crédito.

A expansão da participação da região Nordeste no PIB brasileiro, a redução da concentração de renda, a expansão significativa do IDH dos estados nordestinos, a forte evolução da renda média domiciliar *per capita* foram frutos do sucesso destas políticas de cunho nacional adotadas durante esta gestão.

Este estudo é de relevância para a região nordestina e para o país como um todo, na medida em que identifica o caminho que levou a mudança de postura do quadro econômico e social desta região, além de explicar qual caminho deve ser perseguido pelos futuros gestores políticos da nação para que o desenvolvimento econômico nestes próximos anos continue a evoluir.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **O Brasil de Lula**. *London Review of Books*, Londres: Inglaterra, V. 33, p.23-52, Mar - 2011.

ARAÚJO, A.; FUNCHAL, B. **A nova Lei de Falências e seus efeitos sobre o desenvolvimento do mercado de crédito**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2006.

ASSUNÇÃO, J.; SILVA, F.; BENMELECH, E. **Repossession and the democratization of credit**. *Cambridge: NBER Working Paper No. 17858, February 2012*.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Indicadores sociais (1990-2010)**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: Agosto de 2015.

BACELAR, T. **Nordeste foi a região mais beneficiada no governo Lula**. 6 de Novembro de 2009, São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Entrevista concedida à Tânia Bacelar. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/entrevista-tania-BACELAR-nordeste-foi-regiao-mais-beneficiada-no-governo-lula>. Acesso em: 8 de setembro de 2015.

_____. **Políticas nacionais do governo Lula impulsionaram crescimento do Nordeste**. Disponível em: <http://marcelosouza.com.br/blog/politicas-nacionais-do->

[governo-lula-impulsionaram-crescimento-do-nordeste-tania-BACELAR/](#). Acesso em 10 de setembro de 2015.

BACELAR, T.; MONTEIRO, V. **Desigualdades Regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 177-200, Nov, 2009.

BALTAR, P. E. A. **Emprego, políticas de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em 6 de novembro de 2015.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda**. In: SADER, E. & GARCIA, M. A. (orgs.) **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010.

BRASIL – FATOS E DADOS. **Evolução do salário mínimo real (1985-2010)**. Disponível: <https://brasilfatosedados.wordpress.com/>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

_____. **Salário mínimo médio (diferença entre o salário final e inicial de cada mandato de 1985 à 2010)**. Disponível em: <https://brasilfatosedados.wordpress.com/>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

CAGNIN, R. F. **A evolução do financiamento habitacional no Brasil entre 2005 e 2011 e o desempenho dos novos instrumentos financeiros**. São Paulo: Boletim de economia da FUNDAP, n. 11, jan. 2012.

CAMPELO, S. **Dois Brasis**. Disponível em: <http://centrodeestudosdonordeste.blogspot.com/>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

CARVALHO, C. **Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008)**. In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2008, Anais do Congresso. Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf> .

FERRAZ, L. **Programa bolsa família, impactos na distribuição de renda**. Brasília, Mar./2008.

IBGE. **Contas Regionais (2000-2012)**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=5. Acesso em: agosto de 2015.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 06 de novembro de 2015.

IPEA. **Rendimento Médio Real do trabalho principal(2002-2010)**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38398>. Acesso em: novembro de 2015.

LATINPANEL. **Consumo dos mais pobres cresce 11% no governo Lula**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u112574.shtml>. Acesso em: 16 de novembro de 2015.

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão No. 2022, Jan./2015.

PRATES, D. M.; BIANCARELI, A. M. **Panorama do ciclo de crédito recente: condicionantes e características gerais**. São Paulo: Campinas, BNDES, UNICAMP, UFRJ, 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/SubprojetoII.2_PIF.pdf. Acesso em: 29 ago. 2012.

SILVA, J. **História Econômica da Região Nordeste**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/brasil/historia-economica-regiao-nordeste.htm>. Acesso em: 2 de novembro de 2015.

_____. **História Econômica da Região Nordeste: Do século XX aos dias atuais**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/brasil/historia-economica-regiao-nordeste-seculo-xx-aos-dias-atuais.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

SOUEN, J. **A Política de Valorização do Salário Mínimo e seus Determinantes no Contexto da Retomada Econômica, 2003-2010**. São Paulo, Nov./2012

SUDENE. **Desempenho econômico da região Nordeste do Brasil (1960-1997)**. Mar/2009.

SUPLICY, E. **Programa fome zero do presidente Lula e as perspectivas da renda básica de cidadania no Brasil**. Saúde e Sociedade, v.12, n.1, p.61-71, jan./jun,2003.